



CONSELHO CINEGÉTICO
E DE CONSERVAÇÃO
DA FAUNA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ESTRATÉGIA DE GESTÃO CINEGÉTICA E PISCÍCOLA DO CONCELHO DE MIRANDELA



MIRANDELA, DEZEMBRO DE 2019
V.5

Índice

Estratégia de Gestão Cinegética e Piscícola do Concelho de Mirandela	4
Introdução	4
CAÇA.....	6
Enquadramento da gestão cinegética	6
Caça menor.....	6
Caça maior	7
Situação atual	7
Gestão administrativa.....	9
Gestão Cinegética.....	9
Tabela 1 - Zonas de Caça Municipal (ZCM)	10
Tabela 2 - Zonas de Caça Associativa (ZCA)	11
Tabela 3 - Zonas de Caça Turística (ZCT)	12
Tabela 4 – Totais de abate por espécie para área de cada ZCM, época venatória 2019/2020	14
Propostas de intervenção, valorização e desenvolvimento das espécies cinegéticas	15
7.1 Clareiras	15
7.2 Sementeiras	16
Figura 1- Evolução anual do cereal com a dinâmica da biologia da espécie Perdiz vermelha	17
Figura 2 – Área de clareira.....	18
Figura 3 – Área semeada com aveia.....	18
7.3 Unidades de Bebedouro e Comedouro.....	18
Figura 5 – Unidade de Bebedouro e Comedouro disfarçadas com materiais provenientes do local.....	20
7.4 Merouços.....	20
Figura 6 – Tipo de estrutura interna de merouço (fonte internet)	21
Figura 7 – Merouço concluído.	21
7.5 Repovoamentos de perdizes	22
7.6 Repovoamento de coelhos bravos	22
Figura 8 – Cercado coelho bravo (fonte internet)	23

Tabela 5 – Intervenções preconizadas para as ZCM, ZCA e ZCT.....	27
PESCA	28
Cursos e massas de água de águas públicas e privadas e seu ordenamento aquícola e piscícola	28
Sub-bacias Hidrográficas	28
Tabela 6 – Área efetiva e percentual relativa ao concelho de Mirandela abrangido pelas diferentes sub-bacias.	28
Sub-Bacia do Tua.....	28
Sub-Bacia Rabaçal-Tuela.....	29
Rios e barragens	29
Classificação ecológica das massas de água	30
Ordenamento aquícola e piscícola.....	30
Tipologia e funcionamento atual das zonas de pesca.....	31
Tabela 7 – Concessões de pesca no concelho de Mirandela	32
Organização do sector da pesca e sua incidência no território.....	32
Pesca profissional.....	33
Figura 9 – Placa da Concessão de pesca desportiva.....	33
Acrescimento de valor económico turístico à produção piscícola.....	33
Caracterização dos pescadores	34
Ecologia das populações piscícolas.....	35
Aspectos positivo para o desenvolvimento das atividades piscícolas:.....	37
Aspectos que poderão influenciar negativamente o desenvolvimento de atividades piscícolas:.....	38
Propostas de intervenção, valorização e desenvolvimento das espécies piscícolas	38
Figura 10 – Estrutura de contenção.....	40
Figura 11 – Vista da escada destinada à passagem dos peixes.....	40
Figura 12 – Pista de pesca de Valpaços de caracter natural (fonte internet).....	41
Figura 13 – Pista de pesca em espaço urbano (http://ctcpv.blogspot.com/2013/06/inter-socios-pista-de-pesca-de-chaves.html).....	41
Figura 14 – Mortalidade no rio Tua (fonte internet, 2016)	42
Referências bibliográficas:.....	44
Anexo	45

Estratégia de Gestão Cinegética e Piscícola do Concelho de Mirandela

Introdução

Desde sempre, desde que o homem é Homem, desde os primórdios dos tempos, que o ser humano se dedica à caça e a pesca. Inicialmente estas atividades eram a sua principal forma de subsistência. Necessitava de caçar e pescar para se alimentar.

À medida que os séculos vão passando e com a descoberta do fogo e da roda, mais ainda se aguçam a capacidade e o engenho do nosso *Homo sapiens*, e bem assim se aperfeiçoam de igual modo as suas armas (de caça). Primeiro fabricadas em bronze e depois em ferro, ganhando resistência, durabilidade e acutilância. As armas evoluem de tal maneira que a caça passa a ser não só uma forma de subsistência como, muitos séculos mais tarde, uma forma de treino para os jovens guerreiros.

Nesta época os animais eram considerados *res nullius*, ou seja propriedade de todos e de ninguém. Este termo é proveniente do latim, e significava que não havia um dono para este tipo de coisas (os animais) e, assim sendo, cada um apropriava-se do animal quando o conseguia capturar ou matar.

Em simultâneo, as gentes foram percebendo que a terra necessitava de ter dono para poder ser tratada e explorada, que os terrenos tinham de ser ordenados preparados e tratados para exploração que a floresta era património da humanidade e que era preciso proteger o ambiente...

Só a caça continuou *res nullius*.

Face a vários modelos de organização do espaço importados de outras regiões e implementados por outras gentes e talvez numa tentativa de invertermos o conceito de propriedade, criaram-se as chamadas zonas de caça ordenada, estruturadas segundo várias formas de gestão, as quais tentamos justificar com a necessidade de ordenamento (o termo provém de ordenar, por ordem) mas a caça continua a ser *res nullius* e como tal colocam-se várias questões, tais como:

- A quem pertencem as perdizes e coelhos que comprei e soltei para repovoamento na minha propriedade?

- A quem pertencem os veados, gamos e muflões que comprei em Espanha, transporte para Portugal, suportei os custos de fiscalização sanitária e soltei na minha propriedade - que tive que vedar com rede de 2 metros de altura (que me custou milhares de euros) para que os furtivos não os matem?

- A quem pertence aquele bando de perdizes que o agricultor viu no ninho e que protegeu, alimentou e guardou até que fossem capazes de voar?

- A quem pertencem os javalis que hoje estão aqui e amanhã estão na minha propriedade porque lá têm alimento, água e tranquilidade?

- A quem pertencem as rolas que, na migração da primavera, chegam ao meu montado e ali criam os seus filhotes com o grão da minha seara?

Se as respostas forem que são pertença de quem deles se apropriar pela captura ou morte, então temos de franquear as portas dos nossos galinheiros de quintal, dos nossos pombais e até das nossas casas a todos aqueles que se queiram apropriar do que criámos e que é nosso. Ou não será assim?

As alterações socioeconómicas da nossa época modificaram os espaços rurais, afetando significativamente, e no imediato, as populações das diversificadas espécies cinegéticas e piscícolas no decurso das épocas venatórias, sendo que para isso é decisivo assegurar as condições de alimentação para as espécies sedentárias (sobretudo com aveia, centeio, trigo etc.) de reprodução (abrigo, água e tranquilidade) e para as espécies migratórias (preservação das zonas de refugio, nomeadamente bosques fechados e silvados), que a gestão importa assegurar.

Torna-se assim premente investigar os recursos cinegéticos e piscícolas existentes sobretudo na área do Município de Mirandela, refletindo sobre as problemáticas reais nos nossos dias, assim como acerca das necessidades a que estas temáticas obrigam. Este plano de trabalho pretende assentar na gestão profissional, na excelência dos resultados, na promoção cinegética e piscícola e na conservação do valor natural da região.

É do conhecimento generalizado que a caça e a pesca são recursos escassos, e como recurso natural deve ser analisado, estudado e gerido. É longo o percurso percorrido pela problemática destes recursos cinegéticos devido às diferentes situações sociais e económicas e de outras naturezas que tem surgido ao longo dos tempos.

O Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal de Mirandela, pretende desenvolver, promover e impulsionar a gestão cinegética e piscícola do concelho de Mirandela melhorando a economia local e regional.

O objetivo do presente trabalho prende-se com a realização, apresentação e análise dos tipos de medidas/metodologias a aplicar para melhoria dos habitats das espécies cinegéticas e piscícolas para que se reproduzam e se mantenham no território com populações que permitam o seu aproveitamento racional e sustentado.

Este plano pretende ser um documento de trabalho para consulta, aplicação prática, avaliação e monitorização dos resultados após as intervenções preconizadas.

Refere-se que este plano é um documento aberto podendo ser aperfeiçoado com os contributos construtivos e pertinentes de todos os intervenientes.

CAÇA

Enquadramento da gestão cinegética

As comunidades de caçadores-recolectores foram as primeiras a aprender a viver com a natureza.

A caça é uma das atividades de maior relevo no que diz respeito à associação com o espaço rural.

Como atividade associada ao espaço agro-florestal, será efetuada uma abordagem ao nível da atual área de ocupação das zonas concessionadas e regulamentadas para o exercício da atividade cinegética no concelho de Mirandela.

No que concerne aos recursos cinegéticos, as espécies com maior potencial para o restabelecimento dos seus ecossistemas são as seguintes:

Caça menor

Mamíferos

Coelho bravo (*Oryctolagus cuniculus*)

Lebre (*Lepus granatensis*)

Aves

(1) - (aves sedentárias)

Perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*)

(2) – (aves migradoras ou parcialmente migradoras)

Pato-real (*Anas platyrhynchos*)

Galinha água (*Gallinula chloropus*)

Rola-comum (*Streptopelia turtur*)

Codorniz (*Coturnix coturnix L.*)

Pombo Bravo *Columba oenas*)

Pombo Torcaz (*Columba palumbus*)

Tordo zornal (*Turdus pilaris*)

Tordo comum (*Turdus philomelos*)

Tordo ruivo (*Turdus iliacus*)

Tordeia (*Turdus viscivorus*)

Estorninho malhado (*Sturnus vulgaris*)

Caça maior

Mamíferos

Javali (*Sus scrofa*)

Corço (*Capreolus capreolus*)

No que diz respeito às espécies cinegéticas, deverão ser consideradas diferentes situações em termos do esforço a ser implementado na sua recuperação. As limitações ambientais ao seu desenvolvimento estão dependentes da aptidão agroflorestal do solo e do empenho/interesse que despertem nos utilizadores/gestores da própria atividade cinegética.

De uma maneira geral podemos considerar como áreas a intervir, para ambas espécies (migratórias e sedentárias), as zonas ocupadas com matos que apresentem baixa/moderada aptidão florestal, localizadas a média altitude, evitando as áreas com declives acentuados.

As ações a implementar visam romper a continuidade da vegetação, favorecer a sua regeneração e incrementar o mosaico paisagístico (aos níveis estrutural e florístico).

Para tal, deverá recorrer-se a medidas agroambientais que garantam a continuidade de práticas tradicionais de tratamento do meio, nomeadamente, roças do mato e abertura de clareiras com recurso ao fogo controlado, manutenção de lameiros e pastos e manutenção e/ou abertura de caminhos de 3.^a ordem (rurais). Será considerado, também, como relevante, favorecer a regeneração das espécies florestais autóctones e a manutenção/implementação de pequenas áreas arborizadas com espécies adaptadas, biologicamente à região.

Situação atual

O abandono agrícola, a sua reconversão florestal e a diminuição da atividade pecuária, são considerados os fatores que mais terão contribuído para a expansão das espécies de caça maior e diminuição do número de indivíduos de caça menor.

A diminuição da caça, tanto de espécies sedentárias como migratórias provocou a desmotivação e o afastamento dos caçadores da 1.^a Região Cinegética, na qual nos inserimos e até de outras regiões cinegéticas. Segundo as estatísticas disponíveis nos

estudos consultados (Estudo de valorização do potencial cinegético e piscícola do território da CIM-TTM), o número de caçadores, ao nível nacional e regional, diminuiu consideravelmente. A presença de menos caçadores e dos seus acompanhantes alterou as contas das zonas de caça, diminuindo as verbas disponíveis e consequentemente diminui o consumo, nomeadamente dos produtos no pequeno agricultor e no comércio local.

As modificações socioeconómicas que se fizeram sentir no nosso país, em relevo no nosso concelho promoveu bruscas alterações na ocupação do solo, diminuindo a área de superfícies de cereais e leguminosas, e reduzindo a área de pousios. Para as espécies de pequeno porte, estas alterações foram cruciais na produtividade cinegética.

As referidas modificações do uso do solo promovem o aumento da área tratada com herbicidas, com efeito nefasto na biodiversidade, provocando mortalidade nas espécies cinegéticas.

O aumento das superfícies com algumas culturas permanentes, nomeadamente os olivais, são um habitat propício a algumas espécies cinegéticas, como o tordo, mas menos favorável a outras espécies como as rolas, codornizes e perdizes que gostam, preferencialmente de áreas de mosaico agrícola com orla de floresta.

É nestas áreas de olival onde a aplicação de herbicida tem tido maior relevância. Estas e outras agressões promovidas no nosso planeta poderão ser alguns dos motivos para a diminuição dos recursos cinegéticos.

O habitat mais favorável ao coelho-bravo está também associado ao mosaico agrícola. Contudo, outras componentes do habitat favorecem esta espécie, como a existência de afloramentos graníticos e a ocorrência de solos mais profundos e bem drenados.

A área do concelho de Mirandela tem uma fração importante de áreas florestais e agroflorestais com habitat favorável ao corço, com áreas de bosque ou matos, intercalados por áreas abertas de prados, pastagens e áreas agrícolas (com mato e áreas de vegetação arbustiva junto a linhas de água).

A diminuição dos habitats abertos, de cereais, pastagens e pousios e a substituição por floresta e culturas permanentes tenderá a diminuir a quantidade e qualidade do habitat para a perdiz vermelha, lebre, coelho bem como a capacidade para atração de espécies migratórias como a rola comum.

As espécies cinegéticas assumem um papel fundamental nos ecossistemas, constituindo-se como um importante recurso natural renovável. O ordenamento e a gestão cinegética deverão assegurar a manutenção e, sempre que possível, o aumento dos níveis populacionais de espécies com estatuto de conservação.

Nesse pressuposto as zonas de gestão cinegética deverão ser acompanhadas por programas de monitorização das suas populações e por estudos que reforcem o conhecimento sobre as mesmas incluindo as causas de mortalidade relacionadas com agentes patogénicos.

Nesse sentido e de acordo com o previsto no Regulamento (CE) n.º 853/2004 de 29 de Abril, a caça selvagem deve ser sujeita a um exame inicial, no local da caçada, efetuado por uma pessoa com formação adequada, que poderá ser o caçador, o guarda de caça ou o gestor cinegético. Esta formação deverá possibilitar adquirir conhecimentos suficientes sobre as patologias da caça maior, logo após a caçada para poderem realizar um exame inicial dos animais no local. Este exame inicial tem como principal objetivo a deteção precoce de características que possam indicar que a carne apresenta um risco sanitário.

De acordo com a informação disponibilizada no sítio do Gabinete de Formação da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, a referida formação pretende dar respostas aos requisitos estabelecidos pela DGAV no seu despacho N.º19/G/2015 e no Regulamento 853/2004.

Gestão administrativa

O nosso território no que concerne a gestão cinegética está ordenado da seguinte forma: O concelho de Mirandela tem uma área de 659 Km² pertence ao distrito de Bragança e está enquadrado na sub-região da Terra Quente Transmontana e pertencendo à Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás os Montes.

As condições climatéricas e de fertilidade do solo são excelentes, pois permitem a produção com quantidade e qualidade de variados produtos agrícolas, nomeadamente azeite, amêndoa e mel.

De entre os produtos na nossa região realçam-se as atividades da caça e a pesca que, embora não sejam uma produção direta da agricultura estão dependentes dela, pela dinâmica das espécies cinegéticas e piscícolas existentes no nosso território.

Gestão Cinegética

Este território no que respeita a gestão cinegética está ordenado da seguinte forma:

- Zona de Caça Municipal (ZCM) - De interesse municipal, para proporcionar o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições particularmente acessíveis.
- Zona de Caça Turística (ZCT) - De interesse turístico, por forma a privilegiar o aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, garantindo a prestação de serviços adequados.

- Zona de Caça Associativa (ZCA) - De interesse associativo, por forma a privilegiar o incremento e manutenção do associativismo dos caçadores, conferindo-lhes assim a possibilidade de exercerem a gestão cinegética.

A área gerida do concelho está dividida em 13 Zonas de Caça Municipal, com uma área de intervenção de 33082,01 ha perfazendo 55,45% do concelho, 14 Zonas de Caça Associativa com uma representação de 43,76% para uma área de 26107,00 ha e 1 Zona de Caça turística com 462,00 ha representando apenas 0,77% como mostram nas tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 - Zonas de Caça Municipal (ZCM)

Zonas de Caça Municipais (ZCM)				
Processo	Nome	Freguesia	Área (ha)	Gestora/Sede
3292	Aguieiras	Aguieiras, São Pedro Velho	1802,00	Junta de Freguesia de Aguieiras
3313	Freguesia de Suções	Suções	3151,00	Associação de Caça da Freguesia de Suções
3348	Quadrassal	Cedães, Carvalhais e Mirandela	3324,00	Associação Cinegética da Freguesia de Cedães
3556	Passos	Passos	1992,00	Clube de Caça e Pesca dos Passos
3671	Beira Tua	U. F. de Avidagos, Navalho, Pereira Abreiro e Cobro	5830,63	Navalho
6213	Pereira	Pereira	635,00	Associação de caçadores de Nossa Senhora da Torre de Pereira
3830	Vale de Salgueiro e Miradeses	Vale de Salgueiro	1702,00	Clube de Caça e Pesca de Vale de Salgueiros e Miradeses
3835	Terra Quente	São Salvador, Vila Verde, Freixeda e Caravelas	4835,00	Sede: JF de São Salvador
4513	Vila Boa	Vila Boa	965,00	Junta de Freguesia de Vila Boa
4556	Carvalhais	Carvalhais Mascarenhas e Mirandela	1930,00	Junta de Freguesia de Carvalhais
5023	Mirandela	Mirandela	1005,00	Clube de Caça e Pesca Mirandela
5164	Frechas	Frechas	1561,00	Junta de Freguesia de Frechas
5458	Vale de Gouvinhas	Vale de Gouvinhas	1847,00	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Gouvinhas
Área total ZCM			30579,63	

Tabela 2 - Zonas de Caça Associativa (ZCA)

Zonas de Caça Associativas (ZCA)				
Processo	Nome	Freguesia	Área (ha)	Gestora/Sede
2779	Pala do Lobo	Abambres e Cabanelas	3141,42	Pala do Lobo-Associação de Caça e Pesca de Abambres e Cabanelas
2782	Marmelos, São Pedro Vale do Conde e Bronceda	Marmelos, Mirandela e Passos	2846,83	Associação Clube de Caça e Pesca de Marmelos, São Pedro Vale do Conde e Bronceda
1921	São Brás	Torre de D. Chama	2417,00	Clube de Caça e Pesca de Torre de D. Chama
2778	Fradizela/Bouça	Fradizela e Bouça	2171,25	Associação de Caça de Entre Rabaçal e Tuela
2890	Vale de Asnes	Vale de Asnes	2130,00	Associação Cinegética de Vale de Asnes
2365	Rei de Orelhão	Lamas de Orelhão	1988,00	Associação de Caça Rei de Orelhão
1633	Alvites	Alvites	1945,00	Associação de Caçadores de Alvites
2776	Senhora do Viso	Mascarenhas	1903,00	Associação de Caça e Pesca de Nª Senhora do Viso
2359	São Pedro Velho	São Pedro Velho	1723,97	Associação de Caça e Pesca de Torca
3231	Franco	Franco	1315,00	Associação de Caçadores do Franco
2363	Avantos	Avantos	998,47	Associativa da Freguesia de Avantos
2362	Vale de Telhas	Vale de Telhas	670,53	Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Vale de Telhas
4418	Múrias	Múrias	1901,00	Associação de Caça de Múrias
5465	Romeu	Romeu	1091,00	Vimieiro
Área total ZCA			26242,47	

Tabela 3 - Zonas de Caça Turística (ZCT)

Zonas de Caça Turísticas (ZCT)			
PROCESSO	NOME	ÁREA (ha)	FREGUESIAS
3616	ZCT do Casal Valbom	462,00	Mascarenhas

O ordenamento cinegético rege-se pelas normas constantes no diploma em vigor e regulamentação, por planos de ordenamento e exploração cinegética (POEC), por planos de gestão (PG) e por planos anuais de exploração (PAE), os quais são submetidos, para aprovação, ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

Refere-se que segundo o artigo 8º do Decreto-lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto na sua atual redação, existe a figura do Plano Global de Gestão. Este documento promove o ordenamento e a exploração de uma unidade biológica para uma determinada população cinegética. De acordo com o mesmo Decreto-lei na sua atual redação os planos PAE e POEC devem garantir, na área a que se aplicam, a gestão sustentável dos recursos cinegéticos, através da conservação, fomento e exploração da caça.

Apenas foi possível analisarmos os PAE das ZCM para o ano de 2019/2020, visto que os POEC das ZCA não se encontram disponíveis no site do ICNF.

Após análise destes documentos para cada uma das zonas de caça verifica-se que os mesmos estão sobrevalorizados em relação à real situação que se vive no contexto cinegético. Como se pode observar na tabela 4 e como exemplo para o tordo prevê-se um número de abates para o ano de 2019/2020 de 57800 indivíduos. Este valor teve um aumento, comparativamente ao ano de 2018/2019, cujo valor era de 44300 indivíduos valor, irreal do ponto de vista da biodiversidade.

Verificou-se, com este estudo, haver muito trabalho a ser desenvolvido na questão do ordenamento cinegético, na contabilização das espécies e na adequação desses valores para as áreas extremamente pequenas e repartidas das Zonas de Caça do concelho.

A área total gerida pelas 13 ZCM é de 30579,63 hectares dando um valor médio de área por cada zona de caça de 2352,28 hectares. A maior área gerida neste sistema é de 5830,63 hectares para a ZCM Beira Tua, contrastando com a ZCM de Pereira, com apenas 635,00 hectares. Estes dados foram atualizados de acordo com a informação constante nos Planos Anuais de exploração de 2019/2020.

No que concerne as 14 ZCA o valor médio de área é de 1874,46 hectares, com referência para a maior área a ZCA Pala do Lobo com 3141,42 hectares e a menor área de 670,53 hectares em ZCA Vale Telhas.

No contexto atual, existe alguma dificuldade na gestão social e económica dos diversos intervenientes nos processos das Zonas de Caça do nosso concelho. Assim pretendem aproximar-se os 28 representantes das zonas de caça existentes no concelho para este projeto que pretende ser inovador e dinâmico, uma solução há muito necessária na nossa região.

A economia de escala, ou seja a maximização da utilização dos fatores produtivos e em simultâneo reduzindo os custos no incremento de bens e serviços, também se poderia aplicar neste setor adquirindo bens e equipamentos, o apoio técnico especializado e a gestão em áreas de maior dimensão o que tenderá a aumentar a eficiência dos recursos usados promovendo o aumento do valor cinegético.

Este processo exigirá uma união e esforço acrescido entre os mais diversos intervenientes do setor, no sentido de criar entendimento entre entidades gestoras de zona de caça, trabalhando-se com o objetivo comum que é o de “haver caça no nosso território”. Essa caça atrairá caçadores, fará circular a economia local tão importante para a área onde nos inserimos.

Este processo implicará um crescimento social e pessoal em cada um de nós como seres humanos, bastando para tal unirmo-nos com um objetivo comum.

Neste sentido e com o intuito de que a semente deste projeto germine nas nossas mentes, seguidamente fazem-se propostas de intervenção no território, sedento de gestão, trabalho e eficiência.

Tabela 4 – Totais de abate por espécie para área de cada ZCM, época venatória 2019/2020

Espécie	Zonas de caça Municipal														Totais de espécies a abater
	Aguieiras	Suçães	Quadr.	Passos	Beira Tua	Vale Salg.	Vila Boa	Mirandela	Frechas	Pereira	Terra Quente	Carvalhais	Vale Gouvinhas	Barcel e Valverde de Gestosa	
Área (ha)	1802	3151	3324	1992	5831	1702	965	1005	1561	635	4835	1930	1847	2502,38	33082,01
Rolas	300	350	100	150	0	300	0	150	200	150	0	200	200	100	2200
Pombos	600	550	175	400	450	400	70	200	300	105	450	115	90	440	4345
Perdiz	300	350	150	120	410	250	50	60	100	90	150	100	40	250	2420
Coelho	900	1100	500	350	900	300	200	300	250	150	700	300	500	420	6870
Lebre	30	40	50	50	20	75	20	30	30	15	20	40	20	20	460
Raposa	35	45	20	18	55	20	20	20	20	20	50	15	20	50	408
Tordos	1500	6500	5300	2500	10000	5000	1500	2000	4000	2500	3500	3000	7000	8000	57800
Estorninhos	500		0		250	500	0	0	0	0	0	950	0	0	150
Codorniz	0	200	0	50	0	150	0	0	0	0	60	0	170	0	630
Javali	23	35	50	56	55	35	30	20	30	15	30	12	18	55	464

Fonte: ICNF

Propostas de intervenção, valorização e desenvolvimento das espécies cinegéticas

Neste plano propõem-se algumas oportunidades de melhoria, intervenções necessárias ao desenvolvimento da atividade cinegética do concelho:

1. Reunião com os representantes das zonas de caça, no sentido de se apresentarem as propostas presentes neste documento, definindo-se as melhorias que poderão ser introduzidas contribuindo para beneficiar o sistema ecológico dos habitats das espécies cinegéticas.
2. Estabelecer um protocolo de colaboração entre a Autarquia/Município de Mirandela e as Zonas de Caça Associativas, Municipais e Turística, para a realização das intervenções anuais propostas.
3. Promover colóquios, seminários sobre gestão cinegética e de recursos aquícolas.
4. Inventariar em Sistema de Informação Geográfica (SIG), existência/conservação (pontos de água, clareiras, sementeiras, Unidades de Bebedouros e Comedouros (UBC), merouços e outras estruturas.
5. Atualizar a cartografia em SIG de cada Zona de Caça.
6. Análise do território na definição das melhores áreas para executar as intervenções propostas nomeadamente criação de clareiras, sementeira, merouços e colocação de UBC.
7. Execução de sementeiras, abertura de clareiras, desmatações, instalação de bosquetes, sebes e galerias ripícolas, para servirem de refúgio às espécies cinegéticas.

7.1 Clareiras

De uma forma genérica, as áreas de vegetação rasteira, nomeadamente os pousios dominados por gramíneas ou outras espécies de herbáceas que constituem melhores áreas de alimento, comparativamente com as manchas de mato. No entanto, falham muitas vezes, pela limitação de locais de abrigo, implicando elevada exposição aos predadores sendo, por isso, as zonas centrais das manchas de grande dimensão, geralmente evitadas.

De uma forma geral, os matos apresentam uma fraca disponibilidade alimentar, pela baixa diversidade ao nível da vegetação que aí ocorre, a qual é, muitas vezes, homogénea. Assim, os matos em consonância com as culturas de rotação cereal-pousio constituem biótopos ótimos para a implementação de fomento de coelho bravo e perdiz-vermelha, permitindo melhoria ao nível do principal fator limitante (alimento), bem como das condições de refúgio e reprodução.

Prevê-se desta forma, ser possível aumentar a robustez das populações das várias espécies cinegéticas mas em realce da perdiz vermelha e do coelho bravo, permitindo, assim, aumentar a capacidade de suporte dos ecossistemas e aumentar o valor cinegético das nossas Zonas de caça.

Deverá ser dada prioridade à execução da gestão de habitat em manchas de matos. Assim, a criação de manchas de clareiras onde se promove a limpeza de matos permitirá o aumento de zonas de alimentação, pelo crescimento de plântulas provenientes da regeneração da vegetação herbácea natural.

Nos locais identificados para a execução de ações de desmatação deve ter-se em conta o cuidado de manter algumas manchas de matos intactas, para garantir áreas de refúgio dos predadores.

As desmatações deverão resultar na criação de parcelas alongadas e estreitas, de formato irregular ou em faixas lineares (efeito de orla máximo), uma vez que o coelho-bravo e a perdiz-vermelha tenderão a não utilizar as áreas centrais. A área de cada parcela deverá ser adequada às características dos terrenos, salientando-se, contudo, que cada parcela deverá ocupar, entre 0,3-0,5 ha.

7.2 Sementeiras

A realização de sementeiras é um elemento chave na eficiente gestão de áreas cinegéticas, sendo conhecida a sua contribuição para aumentar as populações de coelho-bravo e perdiz-vermelha, entre outras espécies cinegéticas.

A criação de sementeiras deverá ser articulada com as de clareiras para que seja atingido um mosaico de heterogeneidade de habitats. As sementeiras deverão constituir pequenas parcelas de faixas retangulares, preferencialmente de forma irregular, de área média próxima de 0,2 hectares. Deverá ser tido em atenção o efeito de orla, sendo desejável uma distribuição ao longo de toda a área de parcelas lineares, intercaladas com manchas de matos.

Para a seleção das culturas e misturas de espécies vegetais a semear, deverá ter-se em atenção as necessidades ecológicas das espécies a beneficiar, bem como a fertilidade dos solos. Sugere-se que sejam semeadas culturas estromes ou consociações de culturas consideradas mais atraentes para o coelho-bravo e para a perdiz-vermelha, nomeadamente forragens de misturas de leguminosas (e.g., feijão-frade, lentilha, luzerna, tremocilha, ervilhaca) e de gramíneas (trigo, aveia, centeio).

As culturas deverão ser semeadas bianualmente, (rotação da cultura de cereal e pousio), no período outonal ou na primavera, consoante as características das espécies vegetais selecionadas. As sementeiras não deverão ser colhidas, permitindo assim continuar a proporcionar alimento e, em especial, coberto de proteção para as espécies. Locais de alimento com disponibilidade de abrigo (figura1). As intervenções têm de ter uma durabilidade no mínimo de 10 anos para se conseguir obter resultados.

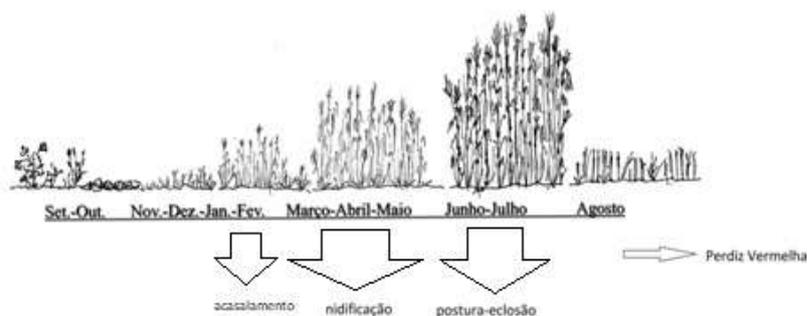


Figura 1- Evolução anual do cereal com a dinâmica da biologia da espécie Perdiz vermelha

As sementeiras terão de ser realizadas com cereais de trigo, aveia, centeio e ainda sementeiras de primavera com feijão-frade. A sua configuração terá de ser o mais irregular possível criando um efeito de orla maior, a escolha do cereal para cada local dependerá do tipo de solo, mas também é benéfico fazer uma mistura, criando uma disponibilidade de alimento ao longo do tempo (Figura 2 e 3).



Figura 2 – Área de clareira



Figura 3 – Área semeada com aveia

7.3 Unidades de Bebedouro e Comedouro

O objetivo é instalar bebedouros, como suplemento hídrico no período de estio e instalar comedouros como suplemento alimentar. Este tipo de infraestruturas poderá também ser importante para o controlo sanitário das espécies e para a realização de inventários.

A existência de uma boa rede de recursos hídricos, desempenha um papel fundamental no sucesso do número de exemplares das populações,

especialmente de perdiz-vermelha, a qual é particularmente suscetível à escassez deste recurso durante as primeiras semanas de vida.

De um modo geral, o coelho-bravo consome água a partir da vegetação ou das gotas de orvalho, em determinados períodos do dia. No entanto, em zonas mais áridas, de clima tipicamente mediterrâneo, como é o caso do concelho de Mirandela, os períodos mais críticos (verão) em que a vegetação está seca, é recomendável a distribuição de água e alimento suplementar em áreas estratégicas.

Para que as populações das espécies que se pretendem beneficiar sejam viáveis, devem ser assegurados, pontos de água e alimento acessíveis, distribuídos de forma homogênea no território e em rede com os pontos de água naturais.

Os UBC's (figura 4) deverão ser instalados no início do período de estio, recomendando-se que sejam retirados no fim desse período, no sentido de minimizar a probabilidade de furtos, vandalismo e o desgaste desnecessário de material, por ficar exposto a condições climáticas adversas, no inverno. Este procedimento deverá ser repetido em todos os verões, devendo ter-se especial atenção na manutenção deste equipamentos para colocação de água e alimento, com uma regularidade normalmente de 15 em 15 dias.

Estas estruturas, poderão tornar-se mais equilibradas na paisagem colocando pedras, ramos, ou outros materiais naturais de cada local, reduzindo o impacto visual desta estrutura e evitando a destruição e o vandalismo a que podem estar sujeitas (figura 5).



Figura 4 – Unidade de Bebedouro e Comedouro



Figura 5 – Unidade de Bebedouro e Comedouro disfarçadas com materiais provenientes do local

7.4 Merouços

Estas estruturas são um abrigo essencial para a manutenção dos espécimes de coelho bravo que ainda existe no concelho, mas ainda proporcionam a criação de ninhadas, protegidas dos predadores naturais.

Os merouços normalmente são feitos com paletes de madeira tubos de PVC, material vegetal e pedras para a fixação da estrutura (Figuras 6).

Junto a estes abrigos, deverá incluir-se uma unidade bebedouro e comedouro (UBC), para melhor harmonizar o habitat do coelho bravo.

A construção dos merouços deverão ser efetuados com uma técnica mais adequada à biologia do coelho bravo (figura 7).



Figura 6 – Tipo de estrutura interna de merouço (fonte internet)



Figura 7 – Merouço concluído.

As intervenções preconizadas para os itens descritos anteriormente (clareiras, sementeiras, unidades comedouro e bebedouro estão expostas na tabela 5, os valores propostos foram calculados com base em 1000 hectares, e posteriormente, reportadas à área da respetiva zona de caça. Existe um valor mínimo e um valor máximo para cada tipo de intervenção, conforme a disponibilidade dos recursos existentes em cada zona de caça, assim será prevista a execução.

No caso das clareiras e sementeiras, o valor de referência é 5 ha e o valor máximo é de 10 ha para 1000 hectares, o que perfaz, por exemplo, para a ZCM Suções 15 hectares de valor mínimo e 30 ha de valor máximo.

7.5 Repovoamentos de perdizes

Este repovoamento deverá ser efetuado no período de verão, com perdizes jovens, de 8-10 semanas em bandos. Os locais de repovoamentos são previamente escolhidos com alimentação e água disponíveis em quantidade e de preferência, abrigados do vento e expostos a sul. Para que as perdizes se possam adaptar e fixar melhor ao local é necessário instalar, previamente, pequenos parques, onde as perdizes ficam cerca de 4 a 5 dias. A densidade não deve ultrapassar as duas perdizes por m². Dentro das jaulas e nas redondezas, deverão ser colocados comedouros e bebedouros. A largada das aves pode fazer-se em duas vezes, espaçadas 24 a 48 horas. É conveniente conservar 1 a 2 casais dentro dos parques durante 15 dias para que as aves, já largadas, se fixem mais facilmente na zona.

7.6 Repovoamento de coelhos bravos

Apesar de ser uma espécie de fácil recuperação, com 2/3 ninhadas no ano, tem-se verificado uma mortalidade elevada nos últimos anos reduziu fortemente o número de exemplares.

Pretende-se, com este plano de trabalho e tendo em conta a enorme dificuldade de obter espécimes de coelho bravo certificado geneticamente, promover a projeção da construção de um cercado para criação de coelho bravo para repovoamento exclusivo das Zonas de Caça do concelho, de forma a garantir a sustentabilidade desta espécie cinegética. Com a construção de um cercado para o coelho bravo pretendem atingir-se os seguintes objetivos (Figura 8):

- Aumentar a densidade desta espécie dentro das zonas de caça;
- Garantir que os animais os introduzidos são da subespécie *Oryctolagus cuniculus algirus*;
- Diminuir a probabilidade de introdução de pragas e doenças, associadas às outras subespécies;

- Efetuar um controlo sanitário dos animais introduzidos;
- Dar continuidade à atividade cinegética associada ao coelho bravo.



Figura 8 – Cercado coelho bravo (fonte internet)

8. Georreferenciar todas as informações de campo e construir um Geoportal para a atividade cinegética nomeadamente, zonas de caça disponíveis, áreas de refúgio, campos de treino de caça e as intervenções preconizadas neste plano de trabalho.
9. Efetuar ações de sensibilização para agricultores e caçadores, relativamente às práticas agrícolas, nomeadamente ao uso em excesso dos fitofármacos.
10. Incluir nas reuniões do conselho cinegético, a GNR (Sepna), por forma a estarem atualizados dos problemas da caça, das melhorias que se pretendem implementar e também salientar-se a importância da fiscalização.
11. Censos e monitorização da sanidade das espécies cinegéticas, por forma a obter-se um valor mais aproximado da realidade no que diz respeito ao número de indivíduos existentes nas zonas de caça.
12. Contabilizar os caçadores (locais ou de outras regiões), em cada zona de caça, de forma a sabermos quem são de onde vêm e preferencialmente o que capturaram em cada dia de caça. Estes dados são muito importantes para termos noção da pressão venatória ou seja, do número de caçadores por área de zona de caça.

13. Promover no âmbito da feira da alheira, eventos dedicados à caça, incluindo nas ementas gastronomia de pratos típicos de espécies cinegéticas e provas gastronómicas dos mesmos.
14. Incluir nos percursos pedestres informações sobre a caça, em que zona se encontram e que espécies cinegéticas podem encontrar ao longo do percurso, promovendo o estreitamento do mundo cinegético com o público em geral.
15. Promover o apoio técnico sanitário, na altura das caçadas para se obterem valores mais reais da sanidade animal das espécies cinegéticas.
16. Organizar formação específica em sanidade e higiene aprovados pela DGAV, destinada principalmente aos gestores cinegéticos e caçadores adquirindo conhecimentos para a realização de um exame inicial, no local da caçada, verificando se o animal apresenta sinais que indiquem que o seu consumo ou manipulação possam constituir um risco sanitário.
17. Atualizar a página de internet oficial do município às informações de todas as zonas de caça as áreas envolvidas, comunicados, editais, legislação, entre outras informações importantes para a gestão e divulgação das zonas de caça do concelho, como por exemplo resultados das batidas e número de caçadores entre outras e na newsletter municipal a abertura da agenda cinegética e os eventos relacionados com a atividade.
18. Coordenar e organizar o início e o fim da época venatória respeitando os hábitos de cada espécie cinegética, evitando que haja várias atividades na mesma data dividindo os caçadores e seus acompanhantes, reduzindo o potencial económico que esta atividade cativa para cada zona de caça.
19. Organizar, provas como a de Santo Huberto, e campeonatos nacionais ou regionais das várias vertentes.
20. Facilitar o acesso às Autorizações Especiais de Caça, preferencialmente, online para caçadores de fora da região.
21. Verificar a reposição ou instalação de sinalética cinegética nomeadamente onde termina e inicia cada zona de caça.

As atividades propostas estão presentes no cronograma anexo a este documento.

Os trabalhos associados às atividades terão acompanhamento e monitorização do Gabinete Técnico Florestal, equipa especializada e qualificada, dotada dos conhecimentos técnicos necessários para a análise das diversas matérias.

Com as intervenções propostas pretende ainda reduzir-se o risco de incêndio rural nas zonas de caça, pois a utilização das estruturas que se preconizam, obrigam à sua manutenção, logo, à presença de pessoas interessadas na preservação e não na destruição dos espaços que se utilizam para caçar. Além de preservar, também efetuam um aviso atempado, relativamente ao início de um foco de incêndio e ao mesmo tempo, a presença de pessoas no terreno tem um efeito dissuasor de quaisquer intenções de colocar fogo.

Assim, conclui-se que as atividades que se preconizam têm como intenção melhorar a eficiência e rentabilidade das explorações cinegéticas garantindo-se, assim, a gestão adequada e a continuidade de uma atividade de grande importância para o Município de Mirandela.

		Área	UBC/pontos água		Clareiras		Sementeiras		Merouços	
		(Hectares)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Zonas de caça Municipal	Aguieiras	1802,00	4	11	9	18	9	18	7	14
	Freguesia de Suções	3151,00	6	19	16	32	16	32	13	25
	Quadrassal	3324,00	7	20	17	33	17	33	13	27
	Passos	1992,00	4	12	10	20	10	20	8	16
	Beira Tua	5830,63	12	35	29	58	29	58	23	47
	Pereira	635,00	1	4	3	6	3	6	3	5
	Vale de Salgueiro e Miradeses	1702,00	3	10	9	17	9	17	7	14
	Terra Quente	4835,00	10	29	24	48	24	48	19	39
	Vila Boa	965,00	2	6	5	10	5	10	4	8
	Carvalhais	1930,00	4	12	10	19	10	19	8	15
	Mirandela	1005,00	2	6	5	10	5	10	4	8
	Frechas	1561,00	3	9	8	16	8	16	6	12
	Vale de Gouvinhas	1847,00	4	11	9	18	9	18	7	15
	Barcel e Valverde da Gestosa	2502,38	5	15	13	25	13	25	10	20

	Área (Hectares)	UBC/pontos água		Clareiras		Sementeiras		Merouços		
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Zonas de caça Associativa	Pala do Lobo	3141,00	6	19	16	31	16	31	13	25
	Marmelos, São Pedro Vale do Conde e Bronceda	2846,00	6	17	14	28	14	28	11	23
	São Brás	2417,00	5	15	12	24	12	24	10	19
	Fradizela/Bouça	2171,00	4	13	11	22	11	22	9	17
	Vale de Asnes	2130,00	4	13	11	21	11	21	9	17
	Rei de Orelhão	1988,00	4	12	10	20	10	20	8	16
	Alvites	1945,00	4	12	10	19	10	19	8	16
	Senhora do Viso	1903,00	4	11	10	19	10	19	8	15
	São Pedro Velho	1724,00	3	10	9	17	9	17	7	14
	Franco	1315,00	2	7	6	12	6	12	5	9
	Avantos	998,00	2	6	5	10	5	10	4	8
	Vale de Telhas	671,00	1	4	3	7	3	7	3	5
	Múrias	1901,00	4	11	10	19	10	19	8	15
Romeu	1.091	2	7	5	11	5	11	4	9	
	Área (Hectares)	UBC/pontos água		Clareiras		Sementeiras		Merouços		
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Zonas de caça Turística	ZCT do Casal Valbom	462,00	1	3	2	5	2	5	2	4

Tabela 5 – Intervenções preconizadas para as ZCM, ZCA e ZCT.

PESCA

Cursos e massas de água de águas públicas e privadas e seu ordenamento aquícola e piscícola

Mirandela é uma cidade do distrito de Bragança, situada na Região Norte, sub-região de Terras de Trás-os-Montes, situada nas margens do rio Tua de seus afluentes os rio Tuela e o Rabaçal. Esta bacia hidrográfica, do Tua (formado pelo Tuela e Rabaçal), encontram-se quase integralmente em território português e ocupa a maior parte do Nordeste Transmontano.

O rio Tuela e o rio Rabaçal nascem em Espanha, sendo que o Tuela nasce em Castela Leão e o Rabaçal na Galiza, entrando ambos em Portugal através do concelho de Vinhais.

O rio Tua originário em Mirandela, traça a Sul parte das fronteiras deste concelho com os de Vila Flor e de Carrazeda de Ansiães. Passa então a definir a separação entre os distritos de Bragança e de Vila Real, delineando a linha divisória de Carrazeda de Ansiães com os concelhos de Murça, e Alijo.

Muitas vezes definindo fronteiras, no seu caminho o rio Tua visita 2 distritos e 5 concelhos, Mirandela, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, no distrito de Bragança, e Murça e Alijó, no de Vila Real.

Sub-bacias Hidrográficas

CONCELHO	SUB-BACIA	ÁREA ÁBRANGIDA (%)	ÁREA EFETIVA (km ²)
Mirandela	Rabaçal-Tuela	40	265
	Tua	60	392

Tabela 6 – Área efetiva e percentual relativa ao concelho de Mirandela abrangido pelas diferentes sub-bacias.

Sub-Bacia do Tua

A bacia hidrográfica do rio Tua localiza-se na margem direita do rio Douro, possuindo uma área de drenagem com 3809 km². O rio Tua resulta da confluência de dois cursos de água: o rio Tuela e o rio Rabaçal, que se juntam à cota 217 m, cerca de 2 km a norte da cidade de Mirandela. O rio Tuela nasce em Espanha à cota 1600 m, abrange uma bacia hidrográfica de 1127 km² e apresenta cerca de 112 km de extensão. O rio Rabaçal

nasce igualmente em Espanha à cota 1000 m, abrange uma bacia hidrográfica de 454 km² e tem um percurso total de cerca de 90 km.

O Açude Ponte de Mirandela está localizado no troço médio da bacia do Tua, mais propriamente na cidade de Mirandela estando o regolfo da albufeira situado próximo do Parque de Campismo de Mirandela imediatamente a jusante da confluência dos rios Rabaçal e Tuela. Esta junção ocorre a 4 quilómetros a norte da cidade de Mirandela. Dos seus afluentes, refira-se a ribeira de Carvalhais e a ribeira do Mourel.

Sub-Bacia Rabaçal-Tuela

Esta sub-bacia tem 1867 km² de área, constituída por 2 linhas de água principais: o rio Tuela e o rio Rabaçal, ambos têm uma extensão semelhante (cerca de 65 km), seguem os seus cursos paralelos um ao outro, seguindo o Tuela de Vinhais para o concelho de Mirandela e o Rabaçal de Vinhais para os concelhos de Valpaços e de Mirandela. Cada um tem um afluente que também corre em paralelo: O rio Mente no rio Rabaçal, e o rio Baceiro no rio Tuela. Estes afluentes do Tuela e do Rabaçal, percorrem igualmente distâncias semelhantes. O rio Baceiro atravessa numa zona que envolve uma das maiores manchas de carvalho da Península Ibérica.

Rios e barragens

Nas sub-bacias hidrográficas do nosso concelho, registam-se três albufeiras de dimensão considerável sendo destinadas ao aproveitamento hidroelétricos de pequena dimensão, abastecimento as populações ou à rega, proporcionam condições particulares para a pesca.

Barragem do Cachão – Na freguesia de Frechas, construída no tempo do Eng. Camilo Mendonça, para abastecer de água o complexo Agro – industrial regar as plantações existentes na época.

Barragem de Mirandela - Nunes/ Rabaçal-Tuela / Tuela (aproveitamentos hidroelétricos de pequena dimensão)

Barragem de Vale Madeiro - localiza-se no concelho de Mirandela, distrito de Bragança. A barragem entrou em funcionamento em 2004, construída na ribeira da Agricha, constitui a principal infraestrutura do Aproveitamento Hidroagrícola da região. A barragem, de terra, tem um coroamento com 186 m de desenvolvimento e 7 m de largura; a sua altura máxima acima do terreno natural é de 30 m.

Barragens do Quadraçal – Barragem privada, utilizada para a irrigação das terras da Sociedade Clemente Meneres, enquadra-se no Plano Setorial Rede Natura 2000, uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia, o território GPTC, Romeu (PTCON0043), aprovado em resolução do conselho de Ministros nº76/2000.

Barragem Ponte Açude Mirandela

Classificação ecológica das massas de água

Há muito que o Homem usufrui e explora os recursos associados aos ecossistemas aquáticos. Muitas vezes esta exploração de recursos aquícolas, entre os quais a pesca assume vital importância, é feita indiscriminadamente, fazendo com que o próprio homem se debruce sobre a problemática da sustentabilidade de populações e comunidades piscícolas.

Para efeitos de proteção de espécies aquáticas de interesse económico, as águas continentais, podem ser classificadas como de salmonídeos ou de ciprinídeos. Consideram-se águas de salmonídeos, as águas onde vivem ou poderão viver espécies piscícolas da família *Salmonidae* como sejam o salmão e a truta. As águas de ciprinídeos são águas onde vivem ou poderão viver espécies piscícolas da família *Cyprinidae*, como sejam o escalo, a boga e o barbo. As águas onde ocorrem simultaneamente salmonídeos e ciprinídeos são classificadas como águas de transição, sendo que, para efeitos da fixação de normas de qualidade, as mesmas são consideradas como águas de salmonídeos.

Ordenamento aquícola e piscícola

O ordenamento e gestão aquícola e piscícola pressupõe o conjunto de atividades relacionadas com a planificação e administração dos recursos hídricos, em geral, e piscícolas, em particular e define-se como o conjunto de regras de utilização dos referidos recursos, que garantam a proteção, conservação e utilização racional e sustentável do património aquícola. Estas regras devem englobar ações de inventário (avaliação quantitativa e qualitativa da distribuição geográfica e dos habitats) e de ordenamento (planificação e regulação da sua utilização sustentável), a definição de quotas diárias de peixe por pescador, de tamanhos mínimos por espécie, de épocas de pesca, de processos e meios de pesca, de interdição de pescar em determinadas zonas (de proteção, de refúgio ou de desova). O estabelecimento daquelas regras encontra-se expresso na Decreto-lei nº112/2017 de 6 de setembro, que determina as várias formas de ordenamento e classifica as águas em:

- Águas livres, nas quais se pode praticar as duas modalidades de pesca (desportiva ou profissional);
- Zonas de proteção (ZP), onde a pesca é proibida.
- Zona de pesca lúdica (ZPL), sujeitas a regulamento próprio, e onde apenas é permitida a pesca desportiva. São geridas pelo ICNF, as condições para o exercício da pesca são definidas por edital.
- Concessão de pesca desportiva, que correspondem a zonas geridas por uma entidade concessionária (clube ou associação de pescadores, legalmente constituídos, ou Câmaras Municipais), sujeita a regulamento próprio, onde apenas é permitida a pesca desportiva;
- Zonas de pesca profissional (ZPP), onde é permitida a pesca profissional. São criadas por portaria e sujeitas a regulamento próprio.

A lei prevê ainda a figura de águas particulares, isto é águas cuja bacia hidrográfica se encontra na totalidade no interior de uma propriedade privada e onde só podem pescar indivíduos autorizados pelo proprietário.

Tipologia e funcionamento atual das zonas de pesca

As zonas de pesca são geridas por uma “Entidade Concessionária”, que pode ser, exclusivamente, um clube/associação de pescadores, legalmente constituído, ou uma câmara municipal a esta entidade é atribuído o exclusivo da pesca por um período não superior a 10 anos e esta sujeita a regulamento próprio, onde apenas é permitida a pesca desportiva. Para pescar nas Concessões de pesca desportiva, além da Licença Geral de pesca desportiva, é ainda necessária uma Licença Especial diária, cujos tipos e custos são definidos no respetivo Regulamento da Concessão. Os pescadores desportivos estrangeiros, não residentes no País, podem apenas pescar com a Licença Especial.

Conforme a tabela em anexo, no concelho existem 3 concessões de pesca desportiva

Tabela 7 – Concessões de pesca no concelho de Mirandela

Concessão	Despacho	Alvará	Concessão
Rio Rabaçal	Despacho n.º 12454/2009, de 26 de maio	Alvará n.º 228/2009, de 16 de junho	Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Sucções
Rio Rabaçal	Despacho n.º 18036/2010, de 3 de dezembro	Alvará n.º 286/2011, de 9 de fevereiro	Clube de Tiro, Caça e Pesca de Valpaços
Rio Tua	VCD_SCBS/159/2014, de 4 de março	Alvará n.º 427/2014, de 1 de abril	Clube de Caça e Pesca de Mirandela

Organização do sector da pesca e sua incidência no território

Em Portugal, alguns pescadores encontram-se organizados em associações ou clubes, dos quais os mais comuns são as associações ou clubes de pesca ou de caça e pesca. As associações/clubes podem ser locais, regionais ou nacionais, categorizando-se pelo tipo de pesca que os associados praticam ou pela espécie alvo da atividade. As associações de base são, normalmente, clubes associados a determinado local, ou interesse, onde a maioria dos associados reside. Este tipo de associação/clube de pesca (muitas vezes associado também à caça), encontra-se distribuído por todo o território nacional.

As associações temáticas têm normalmente um cariz nacional, ou regional. São exemplos de associações deste tipo a Associação Portuguesa de Pesca à Pluma e a Associação Portuguesa de Pesca ao Achigã.

Por sua vez, as associações regionais agregam-se na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, entidade nacional que enquadra a pesca lúdica e rege a pesca de competição, desde 1981.

O trabalho da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e suas associadas é de grande importância para o setor da pesca, dado o papel dos seus dirigentes e representantes na formação/educação de outros pescadores e também na divulgação da pesca em Portugal, dos locais, das espécies, etc., através da sua atividade normal (competições nacionais e internacionais) e da divulgação do tema nos respetivos “sítios” da Internet.

Pesca profissional

As Zonas de Pesca Profissional (ZPP) são sujeitas a regulamento próprio, definido em Edital, o qual estabelece as regras de gestão e exploração adequadas a cada uma, tendo em conta, além das características biofísicas do local, a especificidade dos métodos de pesca tradicionalmente usados na região.



Figura 9 – Placa da Concessão de pesca desportiva

Nestas águas, para além da licença geral de pesca profissional é ainda necessária uma licença especial, cujos tipos, custos e forma de atribuição são definidos no respetivo edital. Neste edital, constam igualmente as espécies que podem ser capturadas, os respetivos períodos de pesca, as respetivas dimensões mínimas, o número máximo de exemplares a capturar por pescador e por dia, número de aparelhos de pesca e características dos mesmos e dimensões mínimas das malhagens. Nas Zonas de Pesca Profissional (ZPP) é permitida a pesca desportiva. As ZPP são geridas pelo ICNF.

São os seguintes os locais autorizados para pesca profissional no concelho de Mirandela são os seguintes:

Rio Tua – todo o curso desde a confluência dos rios Rabaçal e Tuela até à sua foz no rio Douro.

Rio Tuela – troço compreendido entre a Ponte da E.N. em Nuzêdo de Baixo, freguesia de Vale das Fontes, concelho de Vinhais, a montante, e a sua foz no rio Tua.

Acrescento de valor económico turístico à produção piscícola

O benefício económico gerado pela pesca desportiva numa determinada região resulta principalmente da atividade turística a ela associada. As receitas diretas provenientes da atividade da pesca desportiva resumem-se ao custo das licenças de pesca especiais,

cujos montantes revertem para os concessionários e às inscrições nas competições, sendo este último o ingresso mais significativo.

A expectativa da quantidade de peixes e do seu tamanho é o critério principal de escolha utilizado pelos pescadores para selecionar os seus destinos. A beleza da paisagem, a proximidade a casa e o acesso de carro ao local de pesca também são fatores tidos em conta. Critérios negativos são a poluição e lixo nas margens, o tráfego intenso de barcos e motos de água pela falta de tranquilidade que criam. Estas são as conclusões de um inquérito redigido no âmbito do Estudo de Valorização do Potencial Cinegético e Piscícola do Território da CIM- TM.

De acordo com a legislação em vigor, os concursos de pesca são realizados em pesqueiros ou pistas devidamente autorizados pelo ICNF. Existem pistas de pesca em ambientes urbanos ou rurais com um maior ou menor grau de artificialização enquadrados por arranjos paisagísticos conforme as figuras 7 e 8.

As entidades promotoras de concursos de pesca normalmente são autarquias, clubes de pesca, associações de pesca e grupos desportivos, locais ou especializadas. Em Mirandela a entidade promotora destes eventos é o Clube de Caça e Pesca de Mirandela.

Apesar de nos últimos anos o número de pescadores federados ter decrescido é ainda na pesca de competição que os praticantes investem mais em equipamento, iscos, engodos deslocações, estadias, etc. É grande o potencial de provas de competição de pesca, mas no nosso concelho apenas existem provas de pesca, no troço da APM.

Efetuaram-se no ano 2018, pelo menos 2 concursos de pesca desportiva que trouxe muitos pescadores e acompanhantes que deixaram em Mirandela um valor económico muito relevante.

A pesca de competição tem em todo o país, e também na região de Mirandela, muita relevância no acrescento de valor económico.

A divulgação e promoção do nosso território como destino de pesca desportiva é um fator fundamental na atração de mais pescadores ao concelho. No entanto as dificuldades de financiamento e falta de apoio técnico a estas organizações limitam o desenvolvimento deste tipo de eventos. A criação de mais e melhores pesqueiros (por exemplo instalação de plataformas), melhoria das margens e dos acessos, aos nossos rios.

Caracterização dos pescadores

Os pescadores de Trás-os-Montes caracterizam-se por frequentar mais as águas correntes do que as albufeiras/açudes.

Alguns pescadores da nossa região procuram o tipo de pesca que mais os realizam percorrendo distâncias significativas para pescar o lúcio real, a carpa, entre outros. A espécie e o tamanho dos pescados são o básico na decisão do local para onde os pescadores se deslocam. Nos nossos rios e barragens algumas dessas espécies predadoras não existem, para bem da fauna piscícola existente, pois essas espécies alimentam-se de outros peixes e destroem até a extinção as espécies de valor ecológico elevado.

A pesca a esse tipo de espécies que o nosso concelho não oferece, terá de ser compensado por outras espécies e atividades igualmente lúdicas e motivadoras para os pescadores que vem ao nosso concelho.

Ecologia das populações piscícolas

Não existe, em Portugal, um sistema de recolha sistemática de informação que expresse o estado atual das populações piscícolas. Grande parte dos pescadores desportivos não estão organizados, a pesca é dispersa e muito informal, não sendo possível conhecer quanto se pesca, o que se pesca, onde se pesca e quando se pesca. Mesmo as capturas da pesca profissional nas águas interiores não são de declaração obrigatória. Apenas os resultados das capturas em competições oficiais são declarados sistematicamente ao ICNF.

O Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua (AHFT) implicou a destruição dos habitats lóticos no troço final do rio Tua (cerca de 30 km). Nesta conformidade a preservação dos habitats de água corrente destas espécies a montante do regolfo da albufeira (localizado próximo da povoação de Abreiro) assume carácter prioritário em termos de conservação não só das espécies nativas de mexilhões de água-doce (*Margaritifera margaritifera*, *Potomida littoralis*, *Anodonta anatina*, *Unio delphinus*), como também de peixes nativos, nomeadamente do barbo comum (*Luciobarbus bocagei*) do escalo do-norte (*Squalius carolitertii*) do bordalo (*Squalius alburnoides*), da boga-do-Douro (*Pseudochondrostoma duriense*) e do verdemã-do-norte (*Cobitis calderoni*).

Algumas destas espécies piscícolas têm importância significativa para a pesca lúdica e desportiva na concessão de pesca desportiva da área do Açude Ponte Mirandela (Clube de Caça e Pesca de Mirandela).

No troço do rio Tua, de afetação à albufeira do Açude Ponte de Mirandela (APM), no estudo efetuado aquando do início das obras da envolvente santuário da Sr.^a do Amparo em que foi efetuada através de pesca elétrica, a captura e a contagem dos exemplares existentes, foram detetados, capturados e eliminados exemplares de espécies exóticas como o alburno pimpão, perca do-sol e gambusia. As espécies nativas foram, nesta data, identificadas e contabilizadas. Foi realizada uma prospeção e a captura de 1483 exemplares vivos, de bivalves de água doce, espécies, indicadores de boa qualidade da

água do rio tua. Neste estudo foram capturados, identificados, contados, medidos e transportados, em tanques apropriados, para habitats adequados e selecionados. Foram encontrados exemplares de todas as dimensões, nomeadamente juvenis, subadultos e adultos, sinal da presença de populações de mexilhões bem estruturadas e com sucesso reprodutivo. Merece, ainda, destaque a referência à presença de um bivalve exótico na zona do APM, no caso a ameijôa-asiática (*Corbicula fluminea*), em quantitativos elevados. Estes exemplares, quando identificados vivos foram eliminados.

Segundo este estudo, foram capturados 4772 peixes dos quais cinco espécies são ciprinídeos endémicos, as espécies com maior representividade são: barbo-comum (*Luciobarbus bocagei*) e boga-do-Douro (*Pseudochondrostoma duriense*) e um número residual de peixes de dimensão inferior, como é o caso do escalo-do-norte (*Squalius carolitertii*), do bordalo (*Squalius alburnoides*) e do ruivaco (*Achondrostoma oligolepis*). Por sua vez, as restantes espécies são exóticas e estão distribuídas pelas famílias Cyprinidae, como é o caso do alburno (*Alburnus alburnus*) e do góbio (*Gobio lozanoi*), Poeciliidae (*Gambusia holbrooki*) e Centrarchidae (*Lepomis gibbosus*).

Na ribeira de Carvalhais o domínio de perca-sol é avassalador isto é a presença de ambientes modificados, de fácies lânticos e os enrocamentos nas margens da ribeira proporcionam condições favoráveis para à proliferação desta espécie exótica, com elevada capacidade invasora (Relatório referente à implementação das medidas minimizadoras dos impactes do esvaziamento nas populações piscícolas, abril 2018).

No do rio Tua, confluência dos rios Rabaçal e Tuela, a qualidade ecológica é boa, no entanto, a modificação do ambiente aquático do rio Tua para um caráter mais lântico, associado à influência humana, são fatores que proporcionam um decréscimo na qualidade ecológica do meio aquático. Acresce salientar que, nestes ambientes lânticos, a presença de espécies exóticas é normalmente mais elevada.

Relativamente às características da água do rio Tua e ribeira de Carvalhais, os resultados obtidos mostraram, para os parâmetros avaliados, valores que se enquadram numa boa qualidade físico-química da água, esta de acordo com os Critérios para a Classificação do Estado das Massas de Água Superficiais.

Com o trabalho efetuado na albufeira do (APM), foram eliminados todos os exemplares capturados das espécies exóticas, assegurando melhores condições para o desenvolvimento de espécies nativas e para se poderem realizar eventos a realização de pesca lúdica e/ou desportiva. Optou-se por translocar os peixes nativos para a própria albufeira do APM para, após enchimento, recolonizarem novamente a ribeira de Carvalhais e garantir a reprodução das espécies nativas e o sustento da pesca lúdica que ocorre nesta ribeira.

Os valores naturais presentes na área do APM, caso das espécies de peixes e bivalves nativos e em particular, daquelas que usufruem de um estatuto conservação estabelecido pela União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN, 2018), justificam a necessidade de promoção de medidas de conservação não apenas dirigidas para esta espécie mas também para todo o ecossistema aquático e ribeirinho.

Com efeito, à importância da conservação destas espécies, acresce um valor social, cultural e económico que deverá ser equacionado, nomeadamente pelo Município de Mirandela, em consonância com o Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT) o Clube de Caça e Pesca de Mirandela, Clube Fluvial de Mirandela e a empresa gestora da mini-hídrica. Sendo o rio Tua uma das bandeiras emblemáticas da cidade de Mirandela, existe a possibilidade de acrescentar valor em diversas áreas relacionadas com a pesca lúdica e desportiva (potencial a ser desenvolvido em colaboração com o Clube de Caça e Pesca de Mirandela e PNRVT). A sensibilização e educação ambiental (fomento da Ecoteca situada na proximidade da ribeira de Carvalhais) e a interação com turismo e desportos associados à natureza (desenvolvimento de programas em articulação, por exemplo, com a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela do Instituto Politécnico de Bragança).

Aspetos positivo para o desenvolvimento das atividades piscícolas:

- O bom estado da água dos rios Tua, Tuela, e Rabaçal e das barragens Vale de Madeiro e do Cachão o que potencia o desenvolvimento de atividades piscícolas.
- As paisagens e o envolvimento rural em alguns locais no seu estado natural promove um excelente e muito procurado turismo de natureza com o devido enquadramento paisagístico dos cursos e massas de água;
- Existência da concessão do Clube de Caça e Pesca de Mirandela, que tem um trabalho desenvolvido e um conhecimento profundo das potencialidades do território.
- A quantidade e qualidade das espécies presentes nos rios e barragens do nosso concelho.
- A existência de achigã nas barragens o que poderá ajudar a promover a utilizar estas zonas que estão muito paradas para qualquer tipo de atividade piscatória.
- A falta de concessão em vários locais do rio e nas barragens, cria a oportunidade de o Município as poder gerir, não dependendo de outras entidades.

Aspetos que poderão influenciar negativamente o desenvolvimento de atividades piscícolas:

- Existência de um número reduzido de concessões de pesca e zonas de pesca reservada e com deficiente implementação de planos de ordenamento e gestão piscícola específicos, adaptados a cada troço e massa de água;
- Reduzido número de locais onde é fácil aceder a pesqueiros, ou seja, áreas do rio pouco acessíveis aos pescadores;
- Presença de barragens ou mini hídricas que dificultam a passagem de espécies, alterando o seu habitat natural;
- Alteração de margens e degradação de galerias ripícolas;
- Presença de espécies exóticas, por vezes com impactes negativos no equilíbrio ecológico;
- Pressão de atividades de pesca e ausência de planos específicos de ordenamento e exploração da pesca, o que contribui para piorar o estado das populações piscícolas.
- A pesca mais tradicional é focada na captura de peixe para consumo, havendo persistência, por parte de elementos das populações ribeirinhas, no uso de métodos de pesca ilegais, alguns com grande impacte nas populações piscícolas como o uso de dinamite ou lixívia.
- A falta de regularização de caudais pode causar danos severos nas populações piscícolas, nomeadamente na truta de rio. Por exemplo, uma enxurrada pode arrastar ninhos e um período de seca pode fazer subir a temperatura da água e promover o aparecimento de doenças causadoras de mortalidade.
- Fraca integração da pesca produtos e pacotes de turismo no espaço rural.
- Falta de pistas de pesca.

Propostas de intervenção, valorização e desenvolvimento das espécies piscícolas

No nosso concelho algum trabalho foi realizado neste sector, como por exemplo a realização de concursos de pesca que atraíram centenas de pessoas a Mirandela, mas o percurso futuro ainda é longo para potenciar o desenvolvimento da atividade.

Com as propostas seguintes prevê-se o aumento do número de pescadores com as respetivas famílias e amigos e movimentar a economia do Município.

1. Aumento do número de concessões na gestão do Município ou de associações/clubes de pesca. Estas concessões abrangerão as barragens do Cachão, Vale de Madeiro e algumas zonas dos rios e ribeiras que não se encontrem geridas.

2. Tendo em conta o bom estado das águas dos nossos rios, não se promovem intervenções a esse nível, mas pretende-se um estudo aprofundado da situação da escada de subida dos peixes na ponte açude de Mirandela em especial na altura da subida do peixe para a desova, pois existe alguma mortalidade associada a essa estrutura. Os peixes são atraídos pela movimentação das águas pelo efeito de turbinação e são involuntariamente atraídos pelo “cachão de água”, para as “pás/hélices” das turbinas, originando o evento que se deveria evitar, decapitando os indivíduos de maior porte, essa mortalidade poderá reduzir o número de indivíduos no presente e no futuro.

A capacidade de atrair ou incitar os peixes a entrarem no interior da passagem para peixes é determinante para o seu sucesso da desova uma vez que, se os peixes não entrarem na passagem específica, não existe hipótese de cumprir com o seu objetivo.

Em geral, o caudal é tido como o principal fator motivador da orientação e movimentação dos peixes quando sobem os rios, pelo que o fluxo de água proveniente da passagem para peixes é muito importante para promover o seu encaminhamento para a proximidade da sua entrada.

A proteção destes indivíduos poderá ser garantida pela colocação de grelhas metálicas que cubram superiormente o canal e que também garantam condições de segurança contra a queda de pessoas ou animais (figura 10 e 11). Estas grelhas, no entanto, devem ser amovíveis, de forma a possibilitar tanto o acesso ao interior do canal como observação das condições de funcionamento.

Outras estruturas, dispositivos ou acessórios poderão complementar o funcionamento da passagem para peixes, como por exemplo sensores de nível de água, que poderão ativar o controlo da entrada de água, sistema de iluminação, para promover condições de luminosidade favoráveis, grelhas ou redes que encaminham os peixes a passar por determinada zona, por exemplo para efeitos de monitorização.

Realça-se que a movimentação de peixes e as estruturas existentes terão de ser analisadas a pormenor criando soluções definitivas e adaptadas a natureza biológica das espécies.

3. Promover um protocolo com o Parque Natural Regional do Vale do Tua com a intenção de elaborar um Plano de Gestão Ambiental da Albufeira onde devem estar vertidas e estudadas estas e outras situações ambientais do nosso concelho.



Figura 10 – Estrutura de contenção



Figura 11 – Vista da escada destinada à passagem dos peixes

4. Construção de pistas de pesca, nomeadamente entre a confluência dos rios Tuela e Rabaçal junto ao Parque de Campismo e APM e a aldeia de Frechas. Ou em outro traçado que com o desenvolvimento dos trabalhos no terreno se considere melhor adaptado as condições necessárias para as pistas de pesca (Figura 12 e 13).



Figura 12 – Pista de pesca de Valpaços de caracter natural (fonte internet)



Figura 13 – Pista de pesca em espaço urbano
<http://ctcpv.blogspot.com/2013/06/inter-socios-pista-de-pesca-de-chaves.html>

5. Resolução dos efluentes provenientes das fábricas de óleos. Situação que retira qualidade a este troço do rio e consequentemente a atração para a pesca (figura 14).



Figura 14 – Mortalidade no rio Tua (fonte internet, 2016)

6. Promover concursos de pesca ao achigã, espécie presente nas nossas barragens desenvolvendo, também essas áreas do concelho.
7. Promover a limpeza e remoção de lixos Ex: plásticos arrastados pela água e de ramos mortos e caídos, pelo menos uma vez por ano, durante a época de defeso das espécies, pois pontos de pesca limpos e cuidados são muito mais apetecíveis.
8. Organizar provas de Aqua-race, prova de Trail Running com vários percursos aquáticos de caráter técnico tais como: progressão dentro de linhas de água ou ribeiras, passagem pelo interior de pequenos açudes, corrida ao longo e travessia de ribeiras (sem recurso a natação).
9. Publicitar todas as atividades desenvolvidas, numa página de internet criada com esse fim.

As atividades propostas estão presentes no cronograma em anexo no documento.

Considerações finais

A estratégia desenvolve-se com a execução das intervenções de gestão das zonas de caça e pesca, prevendo-se resultados de excelência, atração de caçadores e pescadores jovens, bem como objetivos mistos de produção cinegética e conservação. Será o desenvolvimento destas intervenções que irá gerar o efeito ambicionado.

O financiamento é um elemento fundamental para a execução das intervenções propostas na estratégia e deverão ser identificadas e analisadas as medidas de apoio financeiras disponíveis, sobretudo, ao nível de bens e equipamentos.

O Município deverá facultar as capacidades técnicas e de gestão necessárias, privilegiando as parcerias com as organizações do setor da caça, instituições de ensino e outras entidades que possam ser envolvidas no processo.

As organizações gestoras de zonas de caça, estabelecerão um acordo de gestão, selecionando as atividades que melhor se adequam à sua realidade.

Se os objetivos de valorização forem cumpridos facilitará um aumento potencial no concelho de mais-valias humanas e materiais.

Estas e outras atividades com fim lúdico ou profissional assentam num único pilar, o desenvolvimento económico e social do nosso concelho, pois trazer pessoas a dormir, a comer a passear na nossa cidade, vila e aldeias, será o ex-libris deste projeto de pesca e caça, muito mais que isso pretende-se crescer na educação ambiental e cultural de hoje para o futuro.

Referências bibliográficas:

ERENA, (2014), Estudo de Valorização do Potencial Cinegético e Piscícola do Território da CIM-TM

Beça de Sousa, Manuel Agostinho, (2014) Caraterização ecológica da Codorniz comum (*Coturnix coturnix L.*) no Nordeste Transmontano, Bragança.

IPB, CIMO, (2018), Relatório referente à implementação das medidas minimizadoras dos impactos do esvaziamento nas populações piscícolas.

Teixeira, João da Costa, Gestão da Zona de Caça Municipal de Jou e Valongo de Milhais

Revista Raízes, varias publicações

<http://ctcpv.blogspot.com/2013/06/inter-socios-pista-de-pesca-de-chaves.html>

<https://capitalcinegetica.com>

www.trilhoperdido.com

<http://www.icnf.pt>

<http://www.zcm-alijo.pt>

http://www.apaginadomonteiro.net/Um_pouco_de_Historia.htm

<http://ctcpv.blogspot.com/2013/06/inter-socios-pista-de-pesca-de-chaves.html>

<https://www.utad.pt/gform/event/exame-inicial-de-caca-maior-selvagem-abatida-em-zonas-de-caca/>

Anexo

	ATIVIDADES PRINCIPAIS	2019												2020											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1	Reunião com os representantes das zonas de Caça apresentação das intervenções preconizadas na estratégia.																								
2	Protocolo entre o Conselho Cinegético Municipal e os Representantes das zonas de caça do concelho																								
3	Promover colóquios e seminários sobre gestão cinegética e de recursos aquícolas.																								
4	Inventariar em SIG existência/conservação (pontos de água, clareiras, sementeiras, UBC merouços e outras estruturas)																								
5	Atualizar a cartografia em SIG de cada Zona de Caça																								
6	Análise do território na definição das melhores áreas para executar as intervenções propostas neste trabalho.																								
7	Execução de clareiras																								
	Execuções de Sementeiras de primavera - verão																								
	Execução de Sementeiras de Outono - Inverno																								
	Limpeza de pontos água naturais /colocação de UBC																								

	ATIVIDADES PRINCIPAIS	2019												2020											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
17	Publicitação na página de internet e na newsletter as informações relevantes para a piscicultura a e cinegética e na página da internet municipal da abertura da agenda cinegética																								
18	Coordenação do início e fim da época venatória																								
19	Organizar, provas como a de Santo Huberto, e campeonatos nacionais ou regionais das várias vertentes																								
20	Facilitar o acesso às licenças de caça, preferencialmente, online para caçadores de fora da região																								
21	Verificar a reposição ou instalação de sinalética cinegética nomeadamente onde termina e inicia cada zona de caça.																								
Pesca																									
1	Iniciar processo de criação novas concessões de pesca																								
2	Colocação de grelhas na ponte açude																								
3	Promover um protocolo com o PNRVT elaborar um PGAA																								

